

Acordo da dívida de SP sai hoje, diz Parente

Acordo inclui solução para o Banespa, há dois anos e meio sob intervenção do BC

BEATRIZ ABREU
e ALBERTO FERNANDES

BRASÍLIA — O acordo para o refinanciamento da dívida do Estado de São Paulo, que inclui a solução para o Banespa, deverá ser assinado hoje. A informação foi dada ontem pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, que representou o governo federal nas negociações com o governo de São Paulo para encontrar uma solução para a dívida paulista, avaliada em mais de R\$ 40 bilhões. A privatização do Banespa está prevista para ocorrer um ano após a data da federalização. O banco só não será vendido no caso de o governo de São Paulo optar por mantê-lo como banco estadual, uma hipótese considerada pouco provável no Ministério da Fazenda e no Banco Central.

"Os 13 contratos que compõem o acordo já foram vistos e revistos", disse Parente ao *Estado*. "Existem apenas alguns pontos a serem acertados, mas somente um fato inesperado forçaria o adiamento", acrescentou. Ele, porém, preferiu não detalhar os contratos. Segundo Parente, até a tarde de ontem ainda não estava decidido se a assinatura do acordo ocorreria no Ministério da Fazenda, em Brasília, ou no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo.

O acordo de renegociação da dívida de São Paulo prevê que parte dos recursos da privatização do Banespa será utilizada para quitar parte da dívida do Estado, estimada em mais de R\$ 40 bilhões. Parente admitiu que se o Banespa for mesmo privatizado o dinheiro será incluído na parcela de 20% da dívida que não será refinanciada. Mário Covas também pretende entregar ao governo federal, como parte do pagamento, as ações das empresas Eletropaulo, Cesp, Ceagesp e Fepasa.

Até o fim da tarde de ontem, dependia de Mário Covas a assinatura, ainda hoje, dos contratos que darão legitimidade ao refinanciamento da dívida pelo prazo de 30 anos. Parente explicou que por volta do meio-dia, do lado do governo federal estavam acertados todos os termos do acordo com São Paulo.

Condições — Pedro Parente esclareceu que os contratos serão assinados com a chamada cláusula de "condição de efetividade". Ou seja, os governos federal e paulista assinam os acordos, mas deixam explícito que só serão efetivados no momento em que o Senado aprovar os termos da negociação e o Congresso a suplementação orçamentária, o que deverá ocorrer, na expectativa do governo, até o fim de junho.

A suplementação do orçamento é necessária para garantir a emissão dos títulos do Tesouro que serão utilizados no refinanciamento da dívida de todos os Estados e não apenas de São Paulo. Parente não quis revelar o montante da suplementação orçamentária, estimada pelos técnicos em cerca de R\$ 100 bilhões, que representa a dívida total dos 17 Estados que renegociaram seus débitos com o governo federal.

NOVELA INTERMINÁVEL

Intervenção se arrasta por dois anos e meio



O Banco Central intervém no Banespa. As dívidas do governo de São Paulo com o banco, herdadas dos governos Orestes Quêrcia (87-91) e Fleury Filho (91-94), somavam US\$ 10

bilhões. O governo federal esperava resolver o problema em 90 dias, mas a resistência do governador Mário Covas acabou dificultando a solução do problema.



Interventores concluem que houve participação direta ou indireta de integrantes dos governos Quêrcia e Fleury em operações que beneficiaram políticos e empresários. Os dois

ex-governadores foram excluídos do relatório final da CPI do Banespa. O relator, porém, denuncia que o seu relatório foi mutilado e pede punição para Quêrcia e Fleury.



Deputados paulistas aprovam a criação de uma CPI para investigar o banco estadual.



BC abre linha de crédito de US\$ 6 bilhões para liquidar metade do débito desde que Covas concorde com a privatização do Banespa. O governador não aceita.



BC volta a defender privatização do banco, mas Covas insiste em manter o controle acionário nas mãos do Estado. O governador propõe usar bens do Estado, para pagar metade da dívida do governo, na época em US\$ 13 bilhões, para com o banco. O BC determina a publicação do balanço do Banespa, dando como perdido o crédito que o banco tinha a receber do Tesouro paulista. A publicação do balanço não aconteceu devido a uma ação judicial movida pelo ex-governador Orestes Quêrcia.



BC prorroga a intervenção no Banespa por mais um ano, até 30 de dezembro de 96.



O governador Covas fecha acordo com o BC sobre a dívida de R\$ 15 bilhões do Estado para com o Banespa. Metade do valor seria refinanciado pelo governo federal, que emprestaria ao governo estadual R\$ 7,5 bilhões com prazo de 30 anos e juros de 6% ao ano. O empréstimo dependia de autorização do Senado. Outra metade da dívida seria coberta com a transferência dos aeroportos de Cumbica e Viracopos, pelos quais a União pagaria R\$ 1,4 bilhão, e a venda da Fepasa, pela qual o BNDES adiantaria R\$ 3,6 bilhões a São Paulo. Por causa da demora na apreciação do acordo pelo Senado, a dívida do Estado com o Banespa cresce R\$ 20 milhões por dia.



Covas desiste do acordo.



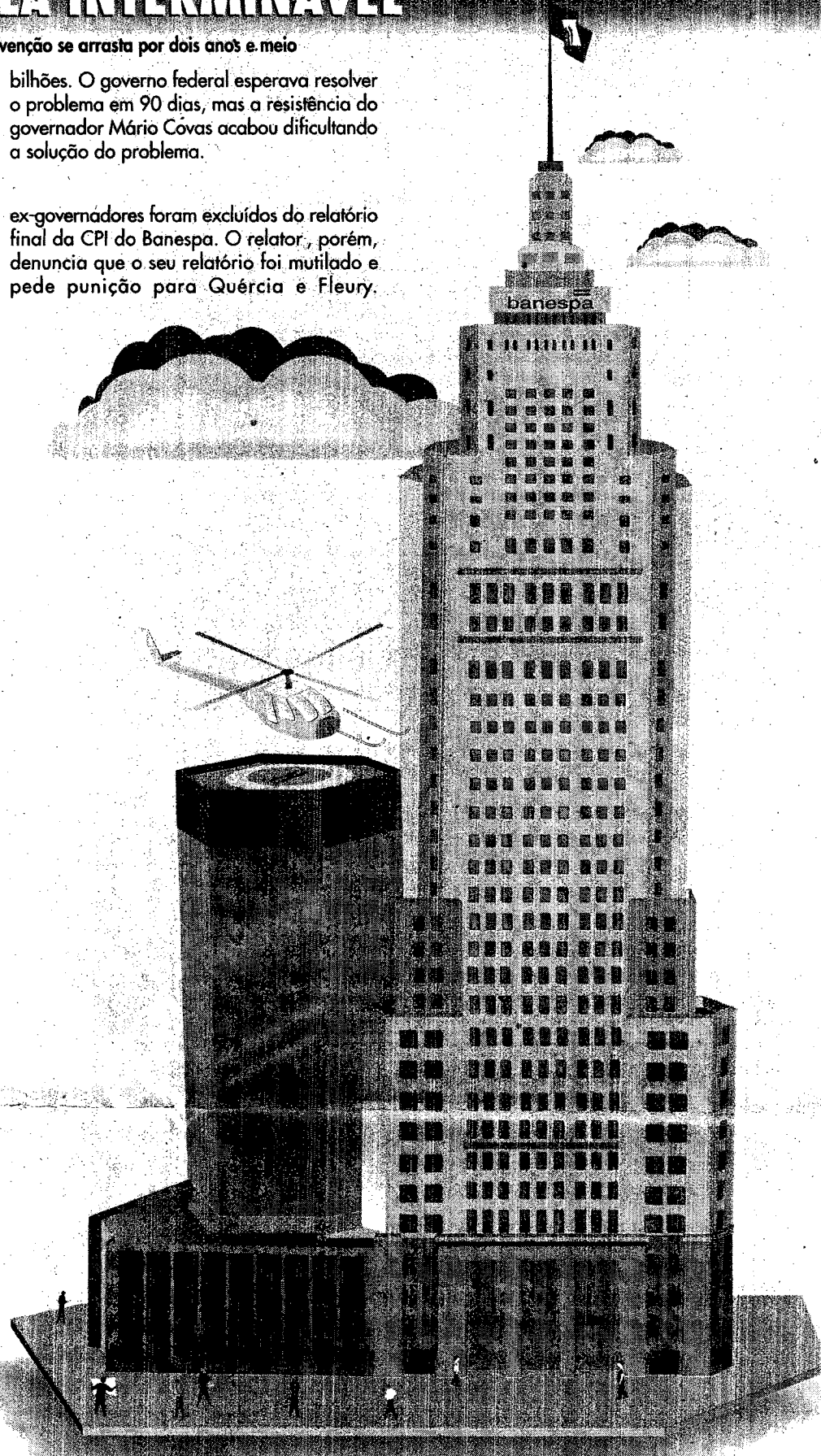
O Banespa necessita de R\$ 3 milhões por dia para fechar seu caixa. Estaria quebrado, se não fosse a cobertura do déficit com recursos do BC. O banco perdeu 1 milhão de correntistas, de um total de 3 milhões que possuía no início da intervenção.



Covas anuncia acordo para rolagem das dívidas do Estado, que incluem débitos com o Banespa. Para que o acordo seja fechado, o Estado é obrigado a repassar maioria das ações do Banespa para a União.



Negociações sobre rolagem das dívidas do Estado, incluindo as do Banespa, continuam esbarrando em questões técnicas.



BALANÇO POSITIVO

Banco melhora desempenho apesar da intervenção (em milhões)

	Dezembro/94	Abril/97	Varição (em %)
Depósitos à vista	1.275	1.891	+48,4
Depósitos a prazo (CDB e RDB)	4.323	6.395	+47,9
Poupança	1.866	2.297	+23,1
Fundos	1.419	2.630	+85,3
Captação total	8.911	13.212	+48,3

Fonte: Banespa